



Fiel e verdadeira? A história das mentalidades e resposta da Igreja Católica às crises de abuso sexual

*Hans Zollner, SJ**

Negação, encobrimento, recusa e dupla crise

Ondas e mais ondas de notícias sobre o abuso sexual de crianças, jovens e adultos vulneráveis, assim como sobre seu encobrimento, golpeiam os muros da Igreja. Isso vem acontecendo durante quase quarenta anos, que é o tempo transcorrido desde que surgiram relatórios no Canadá e depois nos Estados Unidos sobre sacerdotes que cometeram violência sexual contra crianças e jovens. Estimulada em particular pelas revelações da “Equipe Spotlight” de *Boston Globe* em 2002, a atenção da mídia e do público, principalmente nos países anglófonos ocidentais, se dirigiu inicialmente aos abusos na Igreja Católica. A segunda grande onda de denúncias sobre este tema se iniciou em 2010 com notícias sobre abusos no *Canisius College* em Berlim, e no transcurso dos anos seguintes, chegou também àqueles países nos quais, por razões diversas, não havia denúncia pública nem discussão pública.

Com o anúncio das acusações contra o arcebispo de Washington Theodore McCarrick e a apresentação do Relatório do Grande Júri, em Pensilvânia, em meados de 2018, estourou uma nova tempestade, desta vez não só nem principalmente pela alarmante quantidade de vítimas de abuso e de agressores entre o clero – quase se poderia pensar que o público em geral, eclesial e não eclesial, tem se acostumado com essas figuras monstruosas –, mas sim porque pela primeira vez focalizou a falha, não somente de um bispo ou provincial, mas também a negação

* Psicólogo e acadêmico da Pontifícia Universidade Gregoriana e membro da Comissão Pontifícia para a Proteção de Menores (março de 2014 a março de 2023).

Tradução: Vitor Galdino Feller (a partir dos textos em inglês e em espanhol, publicados no exterior).





e encobrimento dos abusos por parte da hierarquia e suas formas completamente inadequadas de reagir durante décadas. As feridas adicionais infligidas às vítimas e suas famílias pelas táticas de autodefesa, proteção institucional e por um total desprezo quanto às necessidades das pessoas afetadas, assim como a falta de uma cultura de prestação de contas, de responsabilização, em todas as estruturas de poder da Igreja Católica, desde então têm aflorado com toda a sua força. Nos Estados Unidos, por exemplo, isto significou que as pessoas já não só falem da crise dos abusos em relação com o próprio abuso e os agressores individuais, pois o termo “dupla crise” agora se tornou comum. Isto se refere à crise que desencadeou o próprio abuso e a tremenda crise de confiança que faz com que muitas pessoas na Igreja – leigos, religiosos e sacerdotes – duvidem da vontade de seus bispos e provinciais para trabalhar realmente e para prevenir os abusos, assim como as espinhosas questões sobre a idoneidade dos titulares dos cargos para enfrentar suas tarefas. A “Crise da Igreja de Colônia”, que desde o final de 2020 levou a manchetes até então inéditas na Alemanha, contra um cardeal, outro arcebispo, dois bispos auxiliares e o vigário geral, deixou claro a todos que, inclusive na Europa, aqueles que até recentemente podiam aparentemente ser considerados intocáveis se tornaram vulneráveis e que a credibilidade de liderança da Igreja se perdeu em grande medida devido ao seu tratamento geral alarmantemente pobre a respeito das vítimas de abuso e dos agressores.

As ondas de indignação, ira e amargura são incessáveis e, no entanto, nada parece mover-se por detrás dos grossos muros da fortaleza da Igreja, entre cujos defensores e moradores se contam não só clérigos, mas também leigos. Os mesmos erros se repetem uma e outra vez, o mesmo padrão de reação ocorre repetidamente, as ondas ricocheteiam repetidamente, aparentemente de forma ineficaz. Como resultado, cada vez mais pessoas abandonam a Igreja internamente ou a deixam, e inclusive o fazem aqueles que se identificaram muito com sua fé e suas comunidades. Muitos agora têm a impressão de que a Igreja como instituição não é fiel e verdadeira, que o rebanho perdeu os seus pastores (e não o contrário) e que a Igreja deve perecer em sua forma atual para que possa surgir algo novo e vivo. Quando o cardeal Reinhard Max ofereceu ao Papa sua renúncia como arcebispo de Munique e Freising, em uma carta datada em 21 de maio de 2021, retomou uma palavra do padre jesuíta Alfred Delp, que foi executado pelos nazistas em 1944: “Estamos – essa é minha impressão – em um certo ‘ponto morto’, que, no entanto, – essa



é minha esperança pascal – pode converter-se também em um ‘ponto de inflexão’... para voltar-nos ao povo, aos perdidos”.

Ademais, as mesmas demandas de mudança foram apresentadas por anos e décadas, e nada (ou muito pouco) está acontecendo de agiornamento. Mesmo a introdução de exigências legais correspondentes não parece ter algum efeito. A Igreja e seus representantes parecem o “castelo” da novela homônima de Franz Kafka: uma burocracia que é impenetrável e sufocada em suas contradições internas; um senhor do castelo que permanece e trabalha em segredo como um ser humano, porém controla tudo; o castelo em si, que não se pode penetrar porque não há caminhos fáceis e compreensíveis para entrar nele.

É particularmente aterrador que sejam fenômenos comuns a negação e o encobrimento dos casos de abuso, a transferência dos abusadores em lugar da aplicação de um castigo, a recusa ou a demora no processamento de um inventário completo dos delitos ocorridos e o trato com as pessoas afetadas e os agressores, assim como o enfoque muito vezes pouco entusiasta da prevenção. Tudo isto se pode encontrar uniformemente em todo o mundo católico, isto é, em quase todos os países da terra: um tipo de unidade pela qual realmente não vale a pena lutar.

Evidentemente, isto se deve a algo que está muito profundo nos ossos da Igreja Católica: uma mentalidade, ou melhor, mentalidades nas quais nem as medidas coercitivas (endurecimento da lei), nem as medidas educativas em todos os níveis, são suficientes para alcançar uma mudança efetiva de atitudes e condutas. Quais são estas mentalidades especificamente “católicas” que levam a tais reações teimosas e indisciplinadas sobre o tema do abuso, e como se pode entender seu desenvolvimento histórico e sua eficácia?

História das mentalidades

A história das mentalidades é um enfoque que foi fundado na segunda metade do século XX pela *École des Annales* e foi particularmente popular na França. Este campo de pesquisa interdisciplinar se ocupa com a investigação da origem, do significado e do desenvolvimento histórico das mentalidades, mais especificamente as perguntas: Que parte teve o ser humano como ser pensante, senciente e desejanter nesses processos? Através de quais processos os seres humanos se converteram no que são? Tal “antropologia histórica” está em busca do



fator subjetivo na história, “da subjetividade histórica, da vida mental passada, da sensibilidade passada”. Em outras palavras, se trata de compreender a autocompreensão humana e as atitudes humanas diante de acontecimentos significativos de caráter pessoal, regional ou internacional, ou diante de realidades sociais e vice-versa, e compreender como estas atitudes dão forma a desenvolvimentos e eventos: como as pessoas sentiram, pensaram e justificaram suas ações? Para compreender estas disposições afetivas, cognitivas e éticas orientadas à ação, é preciso uma “tarefa conjunta na qual participem a psicologia, a cultura e a etnoantropologia, a história social e inúmeras outras histórias com hífen”. De acordo com Burke, o interesse está particularmente dirigido à descrição de padrões de orientação mental e atitudes coletivas que se refletem no pensamento da gente comum tanto como no da elite educada formalmente. O objetivo é averiguar que suposições e percepções tácitas e muitas vezes inconscientes determinaram o pensamento cotidiano e as ideias e valores coletivos adotados em um contexto histórico específico. Trata-se do conteúdo e da forma destas suposições básicas. Ademais da expressão conceitual em metáforas, categorias e símbolos, também deve descobrir-se a estrutura interna de atitudes e suposições, estrutura que se formou durante períodos relativamente longos de tempo e que molda as pessoas em suas experiências e ações como indivíduos, e em grupos maiores do que se percebe.

Os temas e métodos das mentalidades são igualmente amplos: o espectro vai desde estudos microhistóricos e povos ou regiões até a análise de testemunhos pictóricos e escritos e modos cotidianos de vida, passando por imagens ou fontes pessoais, como diários ou cartas. Um poderoso exemplo do enfoque e da variedade de métodos utilizados na história das mentalidades é a *História da infância*, de Philippe Ariès, na qual ele analisa o desenvolvimento, desde a Idade Média, das ideias e percepções da infância nas sociedades da Europa ocidental.

A história das mentalidades se pergunta, assim, pelas “visões coletivas de mundo, as atitudes, os padrões de orientação ancorados na vida cotidiana que determinam as ações das pessoas e suas atitudes em situações concretas”, que influenciam decisivamente no surgimento, na manutenção e na transmissão das estruturas sociais e sua aplicação na própria vida individual. Acredita-se que estes processos são complexos, se reforçam mutuamente e em grande parte são inconscientes. Isto também explica porque mentalidades tão profundas e arraigadas geralmente só mudam lentamente e são difíceis de mudar desde o exterior. Se alguém



olha para a história das mentalidades com consciência desta peculiaridade e limitação, pode então abrir novas áreas temáticas e insights mais além dos padrões explicativos cognitivos reducionistas.

Para fazer um balanço do que aconteceu na Igreja Católica nas últimas décadas – quiçá se deveria dizer séculos – a respeito do abuso e de seu encobrimento, uma perspectiva histórica oferece ao menos um importante ponto de partida adicional para responder a três perguntas, que eu me faço ao longo de anos de encontro com pessoas de todos os continentes: 1) Como é possível que se possam observar os mesmos padrões de reação emocional, expressões cognitivas e comportamento nos círculos católicos de todo o mundo (líderes e pessoas da Igreja) quando se trata do tema do abuso? 2) Por que o progresso geral de aprendizagem é tão lento, apesar dos consideráveis esforços realizados em grande parte da Igreja global, tanto para aumentar o conhecimento sobre os fatores de risco e as consequências do abuso, como para criar as bases legais para definir a responsabilidade e a prestação de contas de uma maneira que possa ser implementado? 3) Por que há reticências a tratar este tema – o que é racionalmente incompreensível para muitos de fora, porém também cada vez mais para os de dentro da Igreja, – mesmo que se possa compreender que, ao não tratá-lo, se contribuirá para sua perpetuação? Muito relacionada com isto está a pergunta: “por que não se aprende com o que a Igreja teve que sofrer devido ao escândalo dos abusos em países como Estados Unidos, Irlanda ou Austrália, com grandes perdas de credibilidade, energia e inclusive dinheiro?”

Dá a impressão de que existe uma mentalidade especificamente católica que dificulta a abordagem ativa das pessoas afetadas e o reconhecimento do sofrimento produzido, a confissão da culpa, a aceitação da situação e o compromisso com a prevenção. Entretanto, se observam padrões de reação muito semelhantes em todo o mundo: as pessoas afetadas são rechaçadas e desacreditadas; a culpa e a responsabilidade são negadas, banalizadas ou descartadas; o procedimento é recusado ou delegado para advogados, canonistas, psicólogos e psiquiatras, e o trabalho de prevenção se encomenda a especialistas, sem que esta se integre na atividade normal da Igreja.

Como se pode chegar a isto em uma instituição que, supõe-se, deve proclamar o Evangelho do amor e a caridade de Deus e cujo fundador deu a sua vida voluntariamente em lugar de salvar-se com poder, dinheiro ou sutis subterfúgios?



Elementos da mentalidade católica: de onde vêm e como funcionam?

Dada a complexidade e a absoluta amplitude do tema, o que se segue não pode oferecer senão uma lista abreviada do que ocorre na mentalidade predominante na Igreja Católica diante do abuso. Cabe desde já assinalar aqui o que se retomará na continuação: é claro que na instituição mais antiga e maior do mundo, não se pode agrupar todos e tudo junto. Evidentemente, são necessários mais dados e descrições diferenciadas. Mesmo assim, creio que é possível atrever-se a nomear elementos que resultam em algo assim como *uma mentalidade católica diante do abuso*.

Muitos destes elementos têm dado forma à Igreja de hoje como resultado de importantes processos de mudança na Igreja e na sociedade durante os últimos 250 anos, aproximadamente. A tese inicial a ser aprofundada é a seguinte: a Igreja Católica, que na Europa até o começo da era moderna tinha um poder religioso ilimitado e um poder político de grande alcance, perdeu sua primazia em vários campos desde a Reforma, e cada vez mais desde meados do século XVIII, e adotou uma posição defensiva. No campo da cultura e da ciência, houve cada vez mais emancipação da tutela eclesiástica e também uma crescente confrontação da filosofia iluminista, das ciências naturais e das humanidades (como as chamamos hoje) contra posições eclesiásticas. A confrontação com os ideais da Revolução Francesa, a teoria da evolução e a psicologia moderna foi particularmente incisiva. A secularização e o fim do Sacro Império Romano Germânico, o surgimento dos estados nacionais e a incorporação dos Estados Pontifícios ao Reino da Itália, foram vividos e interpretados como um atentado traumático à soberania e ao poder secular da Igreja Católica. A industrialização e a migração de grande parte da população para as cidades dificultaram o contato direto dos sacerdotes com os fiéis. No século XX, os movimentos e regimes nacionalistas e comunistas atuaram explicitamente de maneira anti-Igreja. O sofrimento das guerras mundiais e de muitas outras guerras, assim como as incomensuráveis atrocidades do Holocausto, os genocídios e as inúmeras violações dos direitos humanos levaram muitas pessoas não só ao desespero, mas também a duvidar da mensagem cristã de Deus. Em muitas áreas e instituições seculares, as mulheres assumiram papéis e posições que antes eram inalcançáveis. Na Igreja católica este processo está progredindo muito lentamente ou nada em absoluto, dependendo de como é percebido. A digitalização em



rápido desenvolvimento, que começou nas últimas décadas do século XX e a conseqüente pluralização ilimitada – no verdadeiro sentido da palavra – representam um desafio fundamental para as formas tradicionais de comunicação, de oração e de ritual na Igreja. Mesmo se, com seus escritos e discursos, o papa Francisco seja uma voz indiscutivelmente importante na luta contra as mudanças climáticas e pela preservação da criação, para a maioria dos contemporâneos, esta joga um papel menor no que muitos consideram o problema mais importante que enfrenta a humanidade. Quando se trata das grandes questões da ética sexual e da vida – na disputa sobre as leis do aborto e da eutanásia, assim como na discussão sobre o gênero –, a Igreja não é percebida como fiel e veraz, mas quase inevitavelmente como intransigente detratora que dificilmente faz contribuições concretas ao debate, e muitos já não a escutam com o argumento de que a Igreja perdeu completamente sua autoridade moral devido à multidão de casos de abuso.

Estas poucas palavras deveriam ser suficientes para deixar claro que a instituição da Igreja Católica, especialmente nos últimos 250 anos, experimentou os desenvolvimentos em áreas centrais da vida como uma perda do poder político e ideológico e como um ataque a sua independência. Desde um ponto de vista da Psicologia Profunda, alguém poderia comparar isto a um insulto ou ferida narcisista contínua e progressiva. As conseqüências de longo alcance desta experiência podem que muitos na Igreja tomem uma atitude pessimista latente ou um comportamento defensivo e desafiante diante do mundo, assim como o intento de deter ou prevenir qualquer tipo de mudança na liturgia, na doutrina da fé e na aparência externa, anelando voltar atrás no tempo. A imagem de si mesmo tem sido experimentada durante muito tempo como: “somos onipotentes e podemos explicar e controlar tudo, porque somos infalíveis” (levado ao clímax por Pio IX no pontificado mais longo na história da Igreja). E muitos na liderança da Igreja sentem cada vez mais nas últimas décadas: “estamos à mercê da mídia crítica e outras vozes, temos sido tratados de maneira injusta”. Recentemente também: “Pede-se muito de nós” (por exemplo, o bispo Feige de Magdeburgo). Para piorar o assunto, a relação entre fé e razão, entre Igreja ou religião e o mundo (considerado como “moderno”, “pós-moderno” ou “pós-pós-moderno”) não estava realmente esclarecida, nem sequer por parte do Concílio Vaticano II, que neste sentido deu dois passos para frente e um para trás. O cardeal Carlo Maria Martini SJ descreveu a situação da Igreja três semanas antes de sua morte em 2012: “A Igreja tem um atraso enorme de 200 anos. Por



que não está tremendo? Estamos com medo?” O medo, o abatimento e o desalento são evidentes nas declarações de muitos líderes da Igreja, que se recolhem em seu curral, se isolam principalmente (usualmente) eles mesmos e se imunizam contra qualquer tipo de crítica. Significativamente, a contradição entre o gesto de tais mensagens (acompanhadas pela insígnia do poder divino e secular de épocas anteriores), por um lado, e seu efeito real, por outro, cresce de tempos em tempos: frequentemente isto produz o efeito de “o traje novo do imperador” (cf. o conto de fadas de H.C. Andersen, onde o imperador “o segura” (!) e permite que a procissão continue, mesmo dando-se conta de que o povo percebeu sua nudez. As frases centrais desta mentalidade de Wagenburg, uma autoafirmação desafiadora e uma autoestilização das vítimas (!), que escutei de um modo ou de outro no curso de meu trabalho dando conferências, provenientes de clérigos de todas as partes do mundo, são: “Eu sou o bispo (superior geral, provincial, etc.), não necessito justificar-me perante aqueles que não entendem a natureza especial da Igreja”. “Os meios de comunicação querem destruir a Igreja e esse é um claro sinal de que estamos no caminho do seguimento do Crucificado. Nos atacam porque lhes causamos mal-estar”. “As vítimas só se importam com dinheiro”. “Em outros espaços – nas religiões, nos esportes, nas escolas, nas famílias – há mais abusos e ninguém os vê”. “Temos que permanecer unidos. Meu sacerdote é parte de minha família”. “Me prometeu que não o faria mais. Todos cometemos erros. Quem quer que se arrependa e prometa melhorar deve ser perdoado”. “Tenho a consciência tranquila, posso esclarecer isto com meu Senhor Deus”. “Não preciso de nenhum controle nem de capacitação adicional, eu sei o que estou fazendo”.

Isto e mais ainda poderia subsumir-se sob o slogan “clericalismo”: uma mentalidade que se deriva unicamente de ter um ofício sacerdotal ou episcopal, o que faz com que alguém se sinta superior ao povo comum da Igreja – incluídos os leigos no serviço da Igreja – e reclame direitos especiais para si mesmo. Se a combinação de liderança paroquial e ministério sacramental faz com que o sacerdote, e mais ainda o bispo, seja responsável porém ao mesmo tempo se sinta cada vez mais onipotente, então existe um grande perigo de que cedo ou tarde sucumba à tentação de usar este poder para si mesmo, explorando ou abusando de outros para seus próprios fins. Muitas vítimas de abuso dizem que experimentaram a violência sexualizada principalmente como um abuso de poder e, frequentemente, o expressam com estas palavras ou outras semelhantes: “O ato sexual foi mau, doloroso, vergonhoso.



Porém o que doeu e mais me danou era que eu não podia escapar ao fato de que quem abusava era dominador”. Naqueles que se veem a si mesmos como privilegiados e intocáveis, e aos quais se demonstra um respeito especial por parte dos demais, assim como uma confiança absoluta, pode instalar-se facilmente uma mentalidade clerical. “Como sou sacerdote, posso tomar o que me convém. Não porque queira buscar a Deus e seguir a Cristo, não porque tenha refletido mais, não porque tenha pensado mais sobre a fé; não, mas simplesmente porque sou sacerdote; é por isso que eu tenho direito a isso”.

Isto expressa elementos de personalidade narcisista que podem ser promovidos ainda mais pelo tipo de formação predominante: nos seminários, onde os seminaristas frequentemente vivem em um mundo especial, que não se parece ao de seus contemporâneos, nem à situação da vida real dos sacerdotes nas paróquias de hoje. Neste ambiente, blindado em vários aspectos, podem prosperar padrões de relação nos quais a crítica são é praticamente impossível, no qual alguém pode tornar-se dependente de outros, permitindo que se desenvolvam grupos extensos e duradouros. O Informe McCarrick mostrou recentemente a que processos disfuncionais isto pode conduzir, em um mundo próprio de “uniões masculinas”. Três dos quatro bispos de Nova Jersey aos quais o então núncio pediu no ano 2000 que proporcionassem informações sobre se eram certas as acusações contra McCarrick de certos atos sexuais com homens jovens, “proporcionaram informação inexata e incompleta à Santa Sé”. Isto confirma a opinião de que a nomeação de um bispo ou a informação de má conduta de um bispo não deve estar só nas mãos dos bispos, mas que deve também envolver expertos independentes.

Para aqueles que cresceram na Igreja, que lhe devem tudo – educação, papel, reputação – e que, portanto, também consideram como sua tarefa proteger a instituição, às vezes é simplesmente inconcebível que na Igreja e através dos representantes da Igreja foi destruída a vida de pessoas vulneráveis e indefesas. Depois de tudo, quem poderia olhar-se no espelho e descobrir ali uma máscara horrível sem sobressaltar-se e desviar o olhar imediatamente? Entram em jogo poderosos mecanismos de repressão, que fazem sofrer as pessoas afetadas e seus familiares ao negar-lhes a devida atenção ou ao ignorá-las deliberadamente – como testemunhou recentemente o ex-bispo de Aachen, Mussinghoff – e levam ao fato de que os riscos, que permanecem restantes no caso dos agressores, se espiritualizem em vez de serem reconhecidos pela sua gravidade.



O fato de que esta mentalidade se possa encontrar entre aqueles que estão encarregados de cuidar da salvação das almas é profundamente alarmante e destrói frequentemente os fundamentos da relação com Deus. De fato, para muitas vítimas, assim como para aqueles que são vítimas secundárias (por exemplo, membros da família), a perda de confiança e fé é a ferida mais profunda que deixa o abuso. Esta dimensão espiritual do abuso foi e é ignorada em grande medida na Igreja, em contraste com os aspectos legais e psicológicos. Com demasiada frequência se tratava e se trata principalmente de evitar um “escândalo” público. Uma idealização pouco realista da instituição e uma grande vergonha em admitir publicamente irregularidades e delitos reforçam esta tendência. “Não causes má impressão” ou “não escandalizes” é o undécimo mandamento da Igreja, sendo esta uma máxima implícita e, frequentemente, também explícita para a ação, conhecida como política de avestruz ou tática do salame (só se admite o que já se sabe), praticada por muitos corpos eclesiais. Este enfoque cria, quase inevitavelmente, um escândalo mais longo e de maior alcance, como se poderia ilustrar com muitos exemplos. Muitos veem chegando uma onda de indignação para com a Igreja, que não podem sufocar com os recursos que têm. Dá a impressão de se estar afundando. Isto leva à insegurança institucional, a fugir de responsabilidades, à paralisia e à fragmentação da memória. Os registros de arquivo são maquiados em favor da instituição: e isto, em uma instituição cuja autoridade moral se baseia em sua credibilidade e veracidade. Mas, aparentemente, em uma mentalidade de autoimunização e autocompaixão, o medo da própria vulnerabilidade e a admissão do crime e do pecado domina tanto que as próprias ações contradizem diametralmente a própria missão. Isto é tanto mais assombroso, uma vez que aos católicos individuais lhes é prometido o perdão de Deus no sacramento da reconciliação – a condição – com a condição de que se arrependam, confessem e reparem o dano. Se também se assume a eficácia do sacramento na relação com a Igreja em seu conjunto, cabe perguntar-se: quanto ao abuso, onde houve sinais de profundo remorso, clara confissão de culpa e suficiente reparação? Só quando os três elementos estão presentes se pode falar de perdão no contexto do abuso.

O fato de que esta mentalidade esteja tão estendida e seja tão eficaz provavelmente se deve a que a questão da maturidade afetiva, psicossocial e relacional, não tem um papel central na seleção e formação dos candidatos ao sacerdócio e na nomeação de bispos e outros líderes. Isto pode ter consequências fatais, porque desta maneira não se



dirigem nem atendem essas duas necessidades básicas que interagem na violência sexual: o poder e a sexualidade. Sexualidade é muito mais que o ato sexual. A forma em que alguém vive a sua sexualidade expressa sua personalidade. Frequentemente serve para satisfazer outras necessidades profundamente arraigadas, como o reconhecimento, a proximidade e o afeto, mas também a confirmação e o domínio. Portanto, é particularmente devastador quando estas necessidades inconscientes, que frequentemente estão ocultas e inconscientes no desejo e na ação sexuais, se combinam não só com uma luta pelo poder, mas também com uma posição de poder aparentemente inexpugnável.

A sexualidade sempre foi um tema vergonhoso e difícil para muitos católicos. Isto se converteu em conhecimento comum há muito tempo, apesar de todas as declarações doutrinárias e teológicas que apresentam a sexualidade como um dom divino e falam de sua beleza. As razões diversas e complexas disso teriam que ser apresentadas em um estudo à parte. Aqui, basta assinalar dois fatores que têm influenciado na mentalidade da Igreja Católica em relação à sexualidade: primeiro, a iminente expectativa do Novo Testamento do regresso do Senhor, pelo qual tudo o mais – incluindo a sexualidade, o matrimônio e os filhos – se apresentam como secundários; segundo, na tradição latina a influência de Santo Agostinho na doutrina do pecado original, do prazer como pecado, e das relações sexuais permitidas só no matrimônio ente um homem e uma mulher com o fim da procriação. No entanto, há algum tempo, as posições oficiais da Igreja sobre a anticoncepção e o divórcio dificilmente têm sido compreendidas ou aceitas, inclusive pela maioria dos católicos. Em quase nenhum outro âmbito da vida a Igreja parece tão distante da atitude perante a vida e do comportamento da maioria das pessoas como no que diz respeito à sexualidade. Se considera particularmente escandaloso quando os que inculcam abstinência sexual abusam de menores ou adultos vulneráveis. Se estes delitos sexuais não forem punidos de forma alguma, ou o forem de forma muito lenta, desproporcional ou branda, pelos líderes da Igreja, isso desgasta os fundamentos e destrói a credibilidade.

A burla, o desprezo e a ira são reações inevitáveis a este duplo padrão: pregar água e tomar vinho. Isto se aplica sobretudo à questão da avaliação da homossexualidade no contexto de que todas as estatísticas conhecidas mostram que a maioria das agressões sexuais por parte de sacerdotes estão dirigidas a menores do sexo masculino. É preciso ter em conta que as agressões homossexuais nem sempre indicam uma



orientação claramente homossexual. Ao menos no passado, por exemplo, os sacerdotes dificilmente tinham contato direto com as meninas. Os acólitos eram homens, os sacerdotes geralmente só ensinavam aos meninos nas escolas e o trabalho juvenil também se fazia em separado por gênero. Os investigadores principais dos estudos de John Jay College of Criminal Justice dos Estados Unidos chamam aos abusadores na Igreja nas décadas de 1950 a 1980 como “oportunistas”: pegaram o que tinham. O verdadeiro problema do abuso sexual não é a orientação sexual, mas o abuso de poder e a falta de satisfação das necessidades humanas básicas.

Os organizadores da reunião dos presidentes das Conferências Episcopais e Superiores Gerais em fevereiro de 2019 – cardeal Cupich, cardeal Grazias, arcebispo Scicluna, Pe. Lombardi e eu – tínhamos claro que é preciso olhar criticamente os componentes estruturais institucionais que tornaram possível o abuso e seu encobrimento. Isso realçou outro elemento que tem um papel importante na mentalidade católica: a notável reticência para assumir responsabilidades. Tem-se a impressão de que os líderes da Igreja consideram que é desejável a honra e o sentimento de poder (até agora, praticamente ilimitado na respectiva área de responsabilidade). No entanto, quando se trata de assumir a responsabilidade e as consequências pessoais, inclusive a renúncia, como na política ou nos negócios, quase sempre falta coragem para dar o passo. A razão dada é que alguém foi chamado por Deus a este serviço e, portanto, tem que permanecer fiel, ou deixa a decisão para as autoridades romanas ou ao Papa. Um meio provado para uma maior transparência e clareza na definição da responsabilidade se expressa no mundo anglo-saxão – que está influenciado pelo protestantismo – com a noção de prestação de contas. Alguém pode traduzir responsabilidade para o italiano, espanhol, francês ou português parafraseando o que significa. No entanto, em nenhum desses quatro idiomas que se falam nos países onde vive a maioria dos católicos há um substantivo equivalente que possa traduzir-se como “prestação de contas”, como se usa aqui. Se não há um termo para algo, significa que não se pensa nisso, não se fala disso e, conseqüentemente, não se aborda isso. Um pequeno exemplo de que este é evidentemente um caso de prestação de contas nos países católicos é a política de informação do Vaticano que, com algumas exceções como o informe McCarrick, não revela as razões das renúncias extraordinárias de bispos.

No contexto de tal informe, isto deveria ser suficiente para identificar alguns elementos do que constitui a mentalidade especificamente católica diante do abuso e seu encobrimento. Também se indicou ante-



riormente que isto, naturalmente, não se aplica a todos na mesma medida. Porém, ao menos se podem encontrar traços dela, consciente ou inconscientemente, na grande maioria dos que se contam entre o poder espiritual e cultural da Igreja Católica e têm nela um papel de protagonista.

Paradoxos e a possibilidade de uma mudança de mentalidade

O medo, a insegurança, a vergonha no tratamento da sexualidade ou a luta pelo poder se manifestam em todos em diferentes graus. Mas também há algumas observações que fazem com que a situação geral não pareça em branco e preto. Algo disto parece paradoxal e provoca maior reflexão. Num sentido mais amplo, estes paradoxos também pertencem à mentalidade católica. O mais óbvio é que em uma mesma Igreja haja vítimas e agressores ao mesmo tempo. Se se levar a sério as estatísticas de abuso clerical, então se pode supor que um número relativamente grande de vítimas, especialmente aquelas que não falam com ninguém a respeito, não abandonaram a Igreja. Isto significa também que o trauma que viveram as pessoas afetadas está presente nelas, e através delas, na Igreja: quando participam das cerimônias, quando se envolvem em paróquias ou com a Caritas, quando buscam conselho espiritual. Isto nunca deve ser esquecido: sempre se requer, portanto, uma grande sensibilidade na celebração das liturgias, nas reuniões paroquiais, nas reuniões e discussões. O fato de que apenas haja oração pelas vítimas de violência sexual na Igreja diz muito do quanto elas – sua dor, sua amargura, sua busca e sua esperança – estão separadas da fé cotidiana. No lugar de se encontrar com elas uma maneira de dar expressão a suas próprias buscas espirituais e suas competências pessoais e profissionais, muitos dizem que têm a porta paroquial, religiosa ou diocesana fechadas na sua cara.

Ademais, a respeito do “outro” lado, os agressores, se pode afirmar que apenas se nota que a maioria deles – inclusive depois de uma possível liberação do ministério – foram e são membros da Igreja. Isto deveria ser motivo de reflexão e ação: como se trata as pessoas de suas próprias fileiras que cometeram delitos, os que são conscientes disso e aos que não podem assumi-lo. Como se pode insistir o suficiente em que os agressores necessitam de supervisão e apoio, especialmente para evitar mais abusos por parte deles?



Na Igreja, entre os encarregados da tarefa de processar há os que fazem com consciência, e há os que encobrem, negam, fazem resistência. Estes últimos poderiam ser descritos como “infratores secundários”, cujo comportamento legalmente positivista, depreciativo e cruel às vezes fere as vítimas e as vítimas secundárias mais do que o ato real de abuso, segundo o seu testemunho.

Cada vez mais pessoas da Igreja entendem a importância de prevenir e se comprometem com isso. Outros, ao contrário, pensam que não se deve falar tanto deste tema, para poder concentrar-se de novo nas “questões pastorais reais”. Na terminologia da terapeuta de trauma Ursula Enders, a Igreja em seus membros é, ao mesmo tempo, uma instituição traumatizante e traumatizada. Esta tensão é difícil de suportar para as pessoas de ambos os lados do espectro.

Já se indicou mais acima outro paradoxo: o clericalismo não existe só entre os clérigos. Pode ser encontrado também entre os leigos. Quer dizer, quando alguém toma certas liberdades de uma determinada posição na Igreja e reclama injustificadamente certos lugares, equipes, veículos da empresa ou prestígio baseados no próprio papel. No entanto, no caso dos clérigos ordenados, se acrescenta explicitamente a dimensão espiritual-religiosa para justificar o privilégio e a particularidade.

Se se pergunta pela imagem da Igreja, muita gente tem a ideia de uma instituição absolutista, centralmente estruturada, claramente organizada e autoritário-hierárquica. Sem dúvida, houve e há tais práticas. Mas em sua maioria são medidas das autoridades romanas, como é o caso de reclamações sobre doutrina, nas quais não se sabe quem decidiu o quê e por quê. Tais práticas também se pode ver quando um pároco em sua paróquia se com porta como se fosse um bispo, e um bispo em sua diocese se comporta como se fosse o Papa, sem tolerar contradições nem críticas. Este último revela um fenômeno que surpreendeu a muitos: a Igreja Católica manifesta, em vários níveis e em muitos processos, um conglomerado quase inescrutável de responsabilidades e complicadas cadeias de mando e responsabilidade. É precisamente esta falta de clareza que fomenta o abuso e seu encobrimento, como se descreve inequivocamente no Informe Deetman em 2010: empurras as bolas pra frente e pra trás; ao final ninguém tem culpa. Um exemplo disto é o seguinte: se um sacerdote religioso que é pastor em uma diocese abusa de um jovem em outra diocese, qual superior é então responsável por isto? Como se supõe que uma pessoa afetada saiba a quem contactar? É incompreensível para



muitos que, mesmo que Roma ou a Conferência Episcopal aprovam leis e diretrizes, estas não sejam devidamente conhecidas ou reconhecidas e, com demasiada frequência, não sejam observadas por aqueles que são responsáveis por sua implementação no próprio terreno. Para piorar, o direito penal eclesiástico dificilmente pode comparar-se ao direito penal estatal quanto à sua interpretação e aplicação. Não existem, por exemplo, critérios claros e publicados para comparar, a definição de direitos processuais elementares nem uma separação de poderes baseada no modelo estatal. Considerando tudo o que foi visto até aqui, isto danificou muito a confiança na jurisdição eclesiástica e promoveu a impressão de que a *Suprema Lex* não é a *salvação das almas*, como diz o cân. 1752 do Código de Direito Canônico, se trata de proteger os próprios cupinchas.

A imagem do pastor todo-poderoso, que tem mais voz no meio do povo do que o prefeito, continua a circular no meio público. Esse pode ser ainda o caso em algumas partes do mundo e em casos individuais também em nossa parte do mundo. No entanto, o sentimento de muitos sacerdotes é diferente, especialmente pelos escândalos de abusos: estão profundamente inseguros e se sentem expostos a uma suspeita geral: “És daqueles que violentam crianças?” A melhor expressão para esta suspeita geral é a inglesa para os sacerdotes que não abusaram: são os sacerdotes que não delinquam. Inclusive a definição negativa deixa claro que, como sacerdote, sempre estás no “barco do abuso”. Neste contexto, surgem muitas perguntas: Como se pode apoiar e acompanhar aqueles que estão expostos erroneamente à suspeita geral? Como podem os líderes da Igreja cumprir com o seu dever de cuidar de seus trabalhadores sem perder a sensibilidade diante das más ações? Como deveria ser uma teologia do sacerdócio no contexto de uma teologia da vulnerabilidade e do correto exercício do poder?

Se esses elementos e paradoxos de uma mentalidade católica são reais, então é fácil entender porque o estado de ânimo entre os católicos em muitos lugares está deprimido, abatido e confuso. Se se considera difícil mudar as mentalidades, surge a pergunta se se poderia chegar a isso e como exatamente. Uma das críticas à história das mentalidades é que é difícil explicar como, dada a longevidade, a eficácia e a resiliência das mentalidades, é possível que mudem. No entanto, não existem microajustes que modificam imperceptível e muito lentamente os costumes e atitudes, mas também grandes crises que podem dar lugar à mudança: “Às vezes um problema se interpõe desde fora e provoca uma crise. Às vezes é a própria crise e um reconhecimento honesto dela como tal o



que permite fazer as perguntas corretas para começar a aprofundar nossa compreensão dos problemas envolvidos e mostra o caminho a seguir. Às vezes os horizontes não se podem ampliar, a não ser que primeiro se rompam”.

Na história da Igreja sempre houve colapsos, que os contemporâneos experimentaram não menos dramaticamente que as duplas crises de hoje. O trem da Igreja Católica, especialmente nos “velhos” países católicos, tem corrido a grande velocidade na direção de uma parede durante muitos anos. Cada vez mais pessoas, incluídas as da Igreja, estão se dando conta de que se aproxima uma verdadeira ruptura ou, como disse um bispo alemão em uma conversa privada uns anos atrás, “tudo deve colapsar antes que haja uma vida nova outra vez”.

Como ensinaram as mui dolorosas e decepcionantes experiências dos últimos anos, a Igreja só pode recuperar a confiança que perdeu quando os representantes admitirem aberta e honestamente seus erros, crimes e pecados, e fizerem todo o possível para que aqueles que estão sobrecarregados com dificuldades encontrem lugares de cura e, onde for possível, de reconciliação. Isto inclui que a liderança da Igreja e a gente da Igreja se enfrentem com que aconteceu no passado em termos de crimes e encobrimentos, e que aquelas pessoas afetadas pelo abuso tenham sua parte natural e sua própria responsabilidade em aceitar o passado. Neste processo se devem superar as divisões e polarizações: são necessárias leis e normas mais claras e uma mudança de costumes e atitudes; a psicologia e o direito (eclesiástico) e a teologia diante do abuso são importantes; só a coexistência de ministros e “leigos” pode voltar a colocar a Igreja no caminho de ser considerada fiel e verdadeira; a cooperação das dioceses e as ordens religiosas é necessária para um enfoque coerente e coordenado. Devem vir à luz a dor, o medo e o desânimo reprimidos e ocultos que se sepultam debaixo da vergonha. A teologia, a psicologia, o direito canônico e a espiritualidade devem trabalhar juntos. Isso pode levar à desilusão muitas vezes é considerado doloroso e insuportável. Muitos ficam destroçados por isto, outros fogem disso. Isto é compreensível desde o ponto de vista humano, mesmo desde o ponto de vista espiritual seria a confirmação da fé no Deus justo e misericordioso que assumiu sobre si o sofrimento e a causa do sofrimento em Jesus. Redescobrir a Jesus Cristo, mais além da rotina da Igreja em estabelecida e com demasiada frequência vazia, precisamente onde o povo sofreu indescritivelmente nas mãos dos representantes da Igreja, é o desafio central para uma Igreja que não quer ser arrastada pelas ondas



do tsunami nem entrincheirar-se em um castelo hermeticamente fechado e estéril. À medida em que mudam as circunstâncias (tanto da sociedade quanto da vida individual) – e se sente amplamente que mudaram –, então a forma em que buscamos a Deus e somos Igreja também deve mudar. Então a mentalidade católica mudará. Então a água das ondas não se precipitará inutilmente, mas fará que a terra se umedeça e produza frutos.